

ATA DA DÉCIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 22-6-2020.

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e cinquenta e dois minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Idenir Cecchim, Luciano Marcantônio, Prof. Alex Fraga e Professor Wambert. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cláudio Janta, Mendes Ribeiro, Cassiá Carpes, Aldacir Oliboni, Lourdes Sprenger, Prof. Alex Fraga, Valter Nagelstein, Paulinho Motorista, Mauro Zacher, José Freitas e Adeli Sell. Às dezesseis horas e trinta e dois minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação Nominal, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 009/20 (Processo nº 0197/20), após ser encaminhado à votação por Engº Comassetto, Roberto Robaina, Cassiá Carpes, Aldacir Oliboni, Prof. Alex Fraga, Mauro Pinheiro, João Bosco Vaz e Karen Santos. Foi rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 009/20, por cinco votos SIM e vinte e sete votos NÃO, tendo votado Sim Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Mendes Ribeiro, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes e Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Foi rejeitada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 009/20, por quatorze votos SIM, dezenove votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, José Freitas, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, votado Não Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e optado pela Abstenção Dr. Goulart. Foi rejeitada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 009/20, por onze votos SIM e vinte e um votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni,

Engº Comassetto, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 009/20, por trinta e quatro votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Airo Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Em Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 010/20 (Processo nº 0204/20), por vinte e sete votos SIM, um voto NÃO e duas ABSTENÇÕES, após ser encaminhado à votação por Adeli Sell, tendo votado Sim Adeli Sell, Airo Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein, votado Não Márcio Bins Ely e optado pela Abstenção Karen Santos e Roberto Robaina. Às dezessete horas e quarenta e quatro minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Boa tarde a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.): Sr. Presidente, com 30 vereadores presentes, há quórum.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 14h52min: Havendo quórum, dou por aberta a 19ª Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Porto Alegre. Conforme nós tínhamos anunciado, não vamos iniciar, como era previsto inicialmente, diretamente na votação das duas matérias que estão na Ordem do Dia, e sim, com a audiência das lideranças que quiserem se manifestar, para as quais, eu coloco a palavra inteiramente à disposição.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Boa tarde a todos, uma boa semana a todos os Vereadores. Quero agradecer aqui a sensibilidade do Presidente da Casa, assim que entrei em contato com ele, depois que a gente deu uma dialogada, abriu essa possibilidade de os Líderes usarem esse tempo antes. Quero dizer para vocês que eu estou com uma inquietude, desde a semana passada. O nosso povo de Porto Alegre, na verdade, as pessoas que estão cumprindo as determinações no combate à Covid-19, eu vejo que as pessoas estão sendo punidas, essas pessoas estão sendo punidas. Ontem, se viu na orla do Guaíba mais de 15 mil pessoas somente no trajeto do Gasômetro, *rave* nos barcos em volta; se vê a Praça da Encol, a Praça Germânia, os Passeios na cidade de Porto Alegre - hoje nós estamos com vários shoppings que são os Passeios -, tudo funcionando, lotado de gente. Aí, se vê uma punição, eu acredito que é assim que se trata, aos empreendedores da cidade de Porto Alegre e à população da cidade de Porto Alegre. Nós temos comércios que estão cumprindo tudo que determina e até um pouco mais, não só termômetro, não só isso, estão botando tapete para as pessoas limparem os pés. Aí, se vê os absurdos, os playgrounds dos condomínios estão fechados, a pessoa paga o condomínio, tem lá uma pracinha, tem lá um espaço e não pode usar esse espaço, não pode usar, criança tem que interagir com criança, mas não pode usar, só pode descer eu, a minha mulher e minha filha, e acabou, reservando local. Aí, tu vais nas praças públicas de Porto Alegre, está tudo funcionando, está tudo aberto, está tudo à bangu. Isso está errado, está errado! Não pode uma pessoa que montou lá no shopping center um espaço *kids* funcionar com todas as regras, máscara, álcool gel, não pode um trezinho, não estou fazendo propaganda para ninguém, o trezinho que circula no Shopping Iguatemi não pode circular por causa da contaminação do Covid - cada criança senta num banco, com máscara, tudo direitinho, passa álcool em gel -, agora pode essa loucura que se vê na cidade de Porto Alegre. Eu acho que o prefeito, antes de fechar as lojas, os parques, as praças dentro de condomínios e uma série de outras coisas, eu acho que deveria ter uma tolerância zero a essa questão. Ontem, o dia inteiro, o Gasômetro ficou com gente abarrotada, a praia de Ipanema também ficou com gente abarrotada, várias praças de Porto Alegre, Encol, Parque Germânia, Redenção, em todos os lugares estava abarrotado de gente. E aí hoje os restaurantes têm que fechar às 17 horas da tarde. Hoje, no *shopping* só está abrindo a praça de alimentação, que vai durar dois ou três dias porque ninguém vai ao *shopping* para comer, tirando um ou outro restaurante, mesmo assim vão só meia dúzia de pessoas para comer. Então eu acho que o Covid é preocupante, a contaminação é grave, não é à toa que nós nos contaminamos, milhares de pessoas que não foram a lugar nenhum se contaminaram, agora as políticas adotadas em Porto Alegre têm que ser adotadas em toda a região metropolitana. Aqui não se pode fazer um bazar, não se pode fazer um brechó, aí tu vais em Cachoeirinha, em Gravataí, em Canoas e as coisas estão funcionando. Eu não quero me tornar repetitivo, e nós estamos punindo os empreendedores de Porto Alegre, a população e o povo de Porto Alegre. Aí não tem como, eu acho que o governador Eduardo Leite e o prefeito Marchezan têm que tirar uma determinação comum. Vai fechar? Fecha toda a região, fecha tudo. Não pode fechar somente a cidade de Porto Alegre, não pode somente os nossos empreendedores serem punidos, não pode somente a nossa

população ser punida que não pode estar usando os espaços que as pessoas usam. Não podem sair para comer, tem que sentar em mesa separada, se for uma família. Olhem o absurdo da interpretação. Se estou eu, a minha mulher, a minha filha e o meu filho, os meus filhos têm que sentar numa mesa e eu e a minha mulher em outra mesa! O que é isso, gente? Nós moramos juntos, acordamos juntos, almoçamos juntos, jantamos juntos, viemos juntos no mesmo carro, estamos juntos há mais de 60 dias dentro de casa. Aí quando nós vamos jantar fora, sentam os meus filhos numa mesa e depois de um espaço de 2 metros sento eu e a minha mulher. O que é isso? Vamos ter um pouquinho de consciência do que nós precisamos fazer, vamos ter um pouquinho de consciência com essa montoeira de gente que está desempregada em Porto Alegre. E aí nós vimos o sistema de transporte que continua uma gandaia. A empresa toma todos os cuidados com o trabalhador, cumpre todas as exigências, faz os testes e aí ele pega o ônibus. Como é que fica? Não estou dizendo aqui que não tem que ter ônibus. Estou dizendo que tem que ter uma fiscalização rigorosa em praças e parques, tem que ter uma fiscalização rigorosa no sistema de transporte. E volto a dizer aqui, Sr. Presidente e líderes, existe decreto legislativo. Eu acho que é o momento de nós pegarmos a Diretoria Legislativa, a Procuradoria da Casa, os líderes, a assessoria jurídica das bancadas e da Câmara de Vereadores e fazer um decreto legislativo, principalmente dando poder ao povo de fiscalizar. Dando poder ao povo, através do celular de mandar as denúncias para o governo, para a Secretaria da Saúde, para SMIC, seja lá para quem for. Agora, o que não pode mais é nós vermos o que está acontecendo e simplesmente dizer que o vírus vai rapidamente. Então eu queria agradecer por esse espaço e pela compreensão do Presidente que permitiu que as lideranças usassem esse período. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Está sendo solicitado por vários vereadores que sejam desconectadas pessoas estranhas aos nossos quadros aqui que estão lincadas com a nossa reunião virtual. É um problema técnico que eu pediria ao nosso diretor legislativo que providenciasse uma solução.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Em cima do que o Ver. Janta falou agora, nós só ouvimos os secretários e o prefeito e há uma solicitação minha já há um mês para que a gente possa ouvir os empresários do comércio, do varejo, dos serviços e o Sindicato dos Comerciantes. A gente precisa marcar isso para ouvir a versão deles. É exatamente o que o Ver. Janta falou agora.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Recolho sua manifestação como reclamação e informo a V. Exa. que é nossa pretensão organizar uma série de *lives* nesse sentido para ser desenvolvido o mais breve possível, provavelmente ainda essa semana. Obrigado pela sua lembrança.

Reitero ao nosso diretor legislativo, Luiz Afonso, a providência que está sendo cobrada por vários vereadores. Como, tecnicamente, eu não posso dispor desse controle, peço a V. Sa., que diligencie com quem tem competência para tal.

O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Obrigado, Presidente Pujol, colegas vereadores, primeiro queria fazer uma menção aos meus colegas de bancada, Ver. Pujol, Ver. Ricardo Gomes e Ver.^a Comandante Nádia. Acho que o Ver. Janta foi muito feliz na abertura dos trabalhos nesta tarde. No início da pandemia ficou claro para todos nós a necessidade de conter o avanço dos casos. Nós precisávamos de fôlego para organizar todo o sistema de saúde. Tanto que consciente o porto-alegrense não teve dúvida de sacrificar-se por si e pelos outros. Vimos uma rede se organizar. O governo federal investiu, o governo estadual, empresários, redes particulares de hospitais, todos destinando recursos para que não fôssemos acometidos pela lotação do nosso sistema ou para que isso ocorresse, fosse um momento pontual e sendo absorvido aos poucos. Isso justamente para que os regramentos de distanciamento não fossem tão cruéis como os chamados *lockdowns*. Não há dúvida de que a rede se organizou. A última atualização é de que a população recebeu 118 leitos de UTI, 104 novos, mais 14 remanejados no Hospital Conceição. Há ainda 20 para serem abertos, como a ampliação da Santa Casa poderemos acrescentar 80 a esta conta que eu falei. Porém, com quais recursos o novo centro de tratamento, vinculado ao Hospital Independência, por exemplo, foi construído com recursos da Gerdau, Ipiranga, Hospital Moinhos de Vento e o grupo Zaffari, num total de R\$ 10,4 milhões, sendo que R\$ 4,2 da Gerdau e da Ipiranga e R\$ 2 milhões do Grupo Zaffari. Os recursos advindos do governo federal são geridos pelo Município, eles entram na nossa conta. Nos propiciaram quantos leitos? Quais serviços? Que equipamentos? E nós? Nossas receitas do Município propiciaram o quê? A Câmara de Vereadores recebeu, no final de maio, a prestação de contas em que o ingresso de receitas federais, estaduais e municipais, no primeiro quadrimestre, corresponderam a R\$ 651 milhões e a despesa foi equivalente a R\$ 582 milhões. E o que Porto Alegre investiu? Dezesesseis por cento de recursos municipais em ações de serviço público em saúde. Quais? Então eu estou fazendo um pedido de informações para saber esses dados, porque a falta de transparência faz com que a gente tenha essas notícias que tivemos nesses últimos dias, questão de falta de equipamentos como respiradores, questão da publicidade. Os empresários querem ajudar e preferem ajudar do que fechar os seus negócios. Mas nós precisamos ajudar para que os empresários possam contribuir com a cidade de Porto Alegre. Então vamos ser transparentes, vamos aos números, vamos dizer o que fizemos, porque esse monte de informação é ruim para todos nós; é ruim para classe política. Nós temos que ter as informações certas para podermos embasar a população que fica insegura. A população está insegura diante de tudo o que está acontecendo. Vem decreto, abre decreto, fecha decreto; abre decreto, fecha decreto; quem consegue viver dessa forma? Quem consegue se organizar? Quem consegue sobreviver? Então nós temos de ter responsabilidade, e a responsabilidade começa assim, pela transparência do que foi feito, do que foi investido de recursos próprio do

Município. É por isso que estou fazendo esse pedido de informação para que a gente tenha, o mais rápido possível, esses números. Eu não quero ir para a rede social dizer que foi isso ou aquilo sem ter certeza. Eu preciso desses dados, desses números para poder responder àquelas pessoas que precisam de informação para seguirem com segurança os seus negócios e poderem crescer, e para que, lá na frente a gente não tenha um impacto horroroso dessa crise infernal que estamos vivendo. Era isso, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, eu sinto a preocupação de todos os vereadores pela informação, mas vamos à questão da saúde. Nesta época, em todos os anos, nós temos esse problema: hoje de manhã tínhamos 100% de umidade. Eu tenho aqui o levantamento de 2019 do Hospital Conceição que chegou a ter 129,69% de excedentes; no Clínicas, chegou a 236,59%; no São Lucas, chegou a 188,24%, ou seja, sempre teve essa questão de excesso devido ao nosso clima: umidade muito alta. Isso prova que agora nós estamos enfrentando essa dificuldade por falta de previsão, acho que o Ver. Mendes já disse tudo. Porto Alegre foi um dos primeiros municípios a decretar calamidade pública e, ao decretar calamidade pública, teve flexibilidade no orçamento e faz até hoje do jeito que quer. Mas nos surpreende ver algumas ações como, por exemplo, de novo publicidade. Olhem, eu não tenho nada contra a imprensa – eu sou radialista, o Bosco é jornalista –, mas nós não podemos acreditar em todas essas informações. Tem pessoas que parece estarem condicionadas a dizer só uma coisa. Ou eles se prepararam muito mal antes de fechar o comércio, fechar tudo em Porto Alegre, ou estão errando agora! Não se precaveram! Então é essa a questão, a publicidade de novo, e está faltando dinheiro, está faltando leitos. Se discute muito essa questão da vinda de gente do interior para cá, mas isso, gente, é normal. Porto Alegre recebe as maiores verbas, por isso que tem que fazer a contrapartida para o interior, principalmente neste momento de alta complexidade. A maioria das cidades não tem hospitais, não tem condições, e Porto Alegre não tem nada de se queixar, estou deixando bem claro para quem entende. A central de marcação é em Porto Alegre, não é nem no Estado, é em Porto Alegre, é o Município que faz porque aqui está o maior montante de recursos vindo dos governos federal e estadual. Eu fico muito feliz, Janta, não é que eu queira ser redundante, eu me lembro que o Janta, no início, dizia: “Tem que fechar, tem que fechar.” Agora já sentiu, ele é sindicalista atuante, a sua categoria está sentindo que o comerciário está sendo despedido, está sendo mandado para casa, e quem não foi, vai mais adiante. Hoje eu andei no Centro, tranquilo, tranquilo, chega a dar pena das lojas, só estão os funcionários, ninguém entra para comprar; ninguém está comprando e, cada vez mais, o comércio está fechando. Olhem, a crise já é e será bem maior no Rio Grande do Sul. Então quero deixar bem claro aqui, eu concordo com o Ver. Janta, não tem cabimento a

orla... o prefeito está com medo porque tem eleição neste ano? Cadê a Guarda Municipal? Nesta semana, cobrei do ex-secretário de segurança porque ando no Centro e não vejo mais a Guarda Municipal – não é uma crítica à Guarda Municipal, e sim à Prefeitura. Ninguém controla ninguém, e os comerciantes têm que fechar. Não vi um guarda municipal em toda extensão da Rua da Praia, nem nas paralelas ou nas verticais do Centro. Na Esquina Democrática tinham brigadianos, mas cadê a Guarda Municipal? Não é fiscal? Mas nós aprovamos o projeto agora para que ela seja fiscal! Não dá para esconder as coisas que estão acontecendo em Porto Alegre. Eu vi a ênfase do Mendes, contrariado. Eu fico feliz em ver essas pessoas que sempre votaram com o governo, na hora em que não tem transparência, que não tem amostragem de Porto Alegre, estejam se manifestando. Agora não tem partido, agora não tem eleição, agora é Porto Alegre! Vamos votar “sim” ao que é possível, e, no que não é possível, não vamos votar. Agora, nós temos que votar. E o Ver. Janta, no início, tem razão. Não que não tenha necessidade de tantos projetos, mas se fala em transporte, nós não votamos; se fala em coronavírus, nós votamos, vamos votar, gente. Sr. Presidente, coloque o que nós temos que votar. Eu só ouço a imprensa falar em nós e parece que nós não queremos votar, cadê o líder do governo? Coloque para votar, líder do governo, porque, ganha ou perca, nós vamos votar “sim” ou “não”! Obrigado, um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Cassiá. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, colegas vereadores e vereadoras. Queria também, neste período de liderança da oposição, fazer alguns registros que creio serem de extrema importância. Não foi por falta de aviso, a Câmara, desde o início, tem insistido para que o governo apresente um número de leitos compatível com o número da população de Porto Alegre. Junto com isso, desde o início, tem cobrado a disposição de leitos, a compra de respiradores, o fornecimento de EPI's principalmente para o servidor público da área da saúde, o que também não foi a contento, demorou muito tempo, e, até hoje, o próprio HPS está com problemas. E, fundamental, a testagem para pessoas que apresentassem sintomas de terem contraído coronavírus, pois, até hoje, o governo apresentou apenas 17 mil e poucas testagens, lamentavelmente. Nisso, eu acho, que nós temos unanimidade, o governo gasta um valor significativo em publicidade e propaganda e não faz testagem, não faz o dever de casa para as pessoas que ora estão apresentando sintomas de coronavírus. O mais triste é que, em nível federal, ainda sem ministro – o governo Bolsonaro infelizmente até então não tem ministro –, não tem um programa de combate ao coronavírus no Brasil, atingimos mais de 50 mil pessoas que perderam a vida, mais de um milhão de pessoas – 1.090.349 – contraíram o coronavírus. E, como esses dados são subestimados, podemos ter mais de 5 milhões de pessoas. Muitos dos

estados e municípios, correndo atrás da máquina, apresentando um programa a contento aqui ou acolá, na verdade, têm restrição para a população e, na medida em que eles flexibilizam, as cidades, que não têm ainda aquele número significativo de pessoas que contraíram o coronavírus, também entram na bandeira, conforme as cores que o próprio governador Eduardo Leite apresenta aqui no Estado. E aí vem essa guerra de dados e, mais do que isso, agora em bandeira vermelha também em Porto Alegre, e o prefeito volta atrás, volta atrás porque não fez o dever de casa, essa que é a grande verdade. Se nós perguntássemos para ele quantos leitos ele contratualizou... os senhores sabem que o HPS tem 20 leitos de traumatologia fechados há mais de 2 anos? Os senhores sabem para onde foram respiradores que ele retirou do Parque Belém? Vocês sabem para onde foram? Eu não sei. Depois, ele coloca, na contagem da oferta de número de leitos de UTIs, o GHC e o Clínicas, que são dois hospitais federais que são obrigados a atender não só o estado, mas inclusive fora do estado, se for demandado. E são somados nos 164 leitos que o município dispõe. São 1.400.000 pessoas em Porto Alegre e 164 leitos de UTI. O secretário apresentou um dado de 383 leitos para Porto Alegre, mas não tem 200. Ele deveria contratualizar, porque existem inúmeros leitos na iniciativa privada e nos hospitais filantrópicos disponíveis. Por que o governo não contratualizou esses serviços? Não contratualizou para testagem, nem mesmo para o atendimento, e as pessoas vão numa emergência, num hospital, e ficam 8 horas esperando. As pessoas que têm sintomas de coronavírus vão para um determinado lugar de referência, que ele apresenta, e, na verdade, voltam para casa, simplesmente, para aguardar a quarentena de 8, 14 dias. O plano do governo é uma mentira descarada. Infelizmente, sobre os recursos que vêm do governo federal e estadual, como próprio Mendes falou há pouco, ele não mostra para onde estão sendo empenhados. A secretária da fazenda disse para nós, há um mês, que tinham aplicado apenas R\$ 7 milhões. Naquela ocasião, tinham recebido R\$ 64 milhões de bancada gaúcha; e R\$ 214 milhões foram aprovados, no Senado, para o Rio Grande do Sul. A secretária do Estado disse, numa *live*, promovida pelos deputados da Comissão de Saúde da Assembleia, que o Prefeito Municipal dispensou mais leitos para Porto Alegre. Meu Deus do céu, uma secretária de estado disse que o prefeito de Porto Alegre dispensou mais leitos de UTIs para Porto Alegre, porque não precisava! Aonde nós vamos parar? Lamentavelmente, depois dessa questão da publicidade, depois de pegar dinheiro do Fundo da Saúde para publicidade, o Marchezan, realmente, incorreu em improbidade administrativa. Mas é preciso ter vereadores que assinem uma CPI, nunca assinaram, nunca tivemos o número necessário, apenas uma vez. E a população cobra de nós, de todos vereadores, uma ação concreta. Onde está a ação concreta, se o prefeito não controla nem mesmo as praças e parques de Porto Alegre? Acabaram restringindo o comércio, no qual entra uma pessoa de cada vez e, agora, as praças e parques ficam liberados. Onde é que está a fiscalização, prefeito? Lamentavelmente, não temos um plano de combate ao coronavírus em Porto Alegre. Infelizmente nem mesmo o servidor público, que continua na rede geral do município, ainda, sem o fornecimento de EPIs e a testagem. O projeto que nós aprovamos na Câmara, sobre o uso de máscara, do Ver. Valter, e o da obrigatoriedade da testagem desse Vereador, já passou o tempo de sancionar, e,

portanto, nobre Presidente Pujol, o senhor é que terá de sancionar esses projetos de lei para que virem lei, para que nós cobremos de toda a população aquilo que, na verdade, a Câmara tem iniciativa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Aldacir Oliboni. A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde presidente, vereadoras e vereadores. O meu líder – Ver. Idenir Cecchim - não está presente ainda, e eu vou fazer o meu registro. O que já foi falado, eu endosso, porque nós não estamos tendo transparência, é um absurdo ler, pela imprensa, que recursos são retirados da saúde e da assistência social para publicidade. Então, vemos jornalistas, que só criticavam tudo o que se fazia, agora desesperados para justificar o que não está transparente. Uma cidade, que é uma capital, com toda essa população e com uma periferia que não está conscientizada - basta dar uma circulada pela periferia - é lógico que nós temos que esperar o pior. Falamos, desde o início, da fiscalização, de intensificar a fiscalização, como foi com a Guarda, que andava com carros, nos bairros, orientando. Sumiram esses carros que orientavam com megafone. Sobre essa questão da aferição de temperatura, eu apresentei um projeto, retifiquei-o, conversando com o governo, porque achei muito importante chegar em grandes estabelecimentos com a aferição e nos quais só se entrava se estivesse máscara, com população reduzida. Pois estes foram os mais atingidos. O que aconteceu ali? O Ver. Janta está preocupado? Sim, o desemprego está grande. O Cassiá disse que é triste; sim, é muito triste. Dá pena de entrar numa loja, e as pessoas te reconhecerem e perguntarem: “o que tu podes fazer, para nós não perdermos o emprego?” E nós sabemos que não tem emprego a longo prazo, porque a crise já está aí, quem caiu não vai se levantar tão cedo; as pessoas não estão gastando, preocupadas com essa situação. É mundial? É, mas nós poderíamos ter feito mais. Começou bem, elogiou-se. Agora, diante das mudanças inesperadas e com este aumento da transmissão da doença, que apavora qualquer um, pela perda dos seus, dos amigos, da população em geral e o sofrimento que é esse tratamento E a transparência? Da transparência, não abro mão, também. Acho que devemos trazer, novamente, o secretário para trazer as informações das aplicações desses recursos. Não podemos abrir os cofres, sem saber para onde foram, principalmente, as doações, os recursos federais. Não estou fazendo um julgamento antecipado, mas nós temos que saber, porque nós somos os vereadores da cidade, e não cabe estar circulando notícias e mais notícias.

Então, vamos ver se isso é verdadeiro. Muitos já apresentaram a sua comprovação pelo *site* de Transparência. Então, é isso que queremos: a transparência e a aplicação dos recursos devidos. Vamos esperar esse projeto que determina que os R\$

10 milhões que a Câmara está repassando sejam, devidamente, aplicados no Covid-19. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Por solicitação da Diretoria Legislativa, nós esclarecemos que as sessões da Câmara não são secretas, são públicas, mas conectar-se com a sessão, propriamente dita, recebe uma certa regulação. A Câmara Municipal, ao disponibilizá-la para toda a cidade, garante a publicidade de nossas reuniões, através da TVCâmara, que está transmitindo, integralmente, a presente sessão. Às pessoas que estão sendo desconectadas, e que receberam essa oportunidade, digo que não é nenhuma postura de inconformidade com a sua presença, mas que elas ocupam alguns espaços que dificultam a visualização dos vereadores que estão, efetivamente, conectados com o processo. Devolvo a palavra ao Diretor Luiz Afonso de Melo Peres.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, Presidente. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Gostaria de fazer uma saudação especial aos vereadores que me antecederam na utilização dos seus tempos de liderança e de mandar um abraço para os meus colegas de bancada, ao Ver. Roberto Robaina e à Ver.^a Karen Santos. Nós integramos a bancada do PSOL. Ontem, em particular, estive muito atento à *live* do prefeito Nelson Marchezan Júnior, porque, como todos devem estar acompanhando, a nossa cidade, a capital dos gaúchos, mudou da bandeira laranja para a bandeira vermelha. Ao observar as recomendações do prefeito, eu fiquei - vou ser sincero - bastante decepcionado. Se nós observarmos as diretrizes mencionadas pelo prefeito, na sua manifestação, pouquíssima coisa foi alterada da bandeira cor de laranja para bandeira vermelha. Pouquíssima coisa. Do que eu consigo lembrar, de imediato, foi a restrição do horário de funcionamento dos restaurantes, mas o que me decepcionou e me deixou, de certa forma, um pouco indignado, foi a ênfase que o prefeito dá para que as pessoas utilizem os espaços públicos para convivência, dizendo que esses espaços são plenamente seguros. Gente, o adensamento populacional que nós estamos percebendo na orla do Guaíba é de uma irresponsabilidade monstruosa! Monstruosa! No momento em que o prefeito, no uso das suas atribuições e do poder que tem de movimentar a opinião pública, faz um chamamento e convoca as pessoas, dizendo que por ser um ambiente amplamente ventilado, que é totalmente segura a utilização de praças e parques, mantendo dois metros... Gente, não é assim que funciona! Essa manifestação foi irresponsável, foi uma manifestação impensada. Eu gostaria de ter ouvido, antes do prefeito, o secretário de saúde, que fez uso da palavra praticamente só para se despedir na *live* do prefeito. O que me pareceu foi um rapaz querendo aparecer, contando com

peessoas altamente qualificadas como pano de fundo, e que falou muita besteira, muita bobagem. Isolamento social em bandeira vermelha é para que as pessoas tenham o mínimo de circulação possível! Não é para convocar a população para praças e parques! Isso é irresponsável! Isso vai ajudar a disseminar ainda mais o vírus. E se a bandeira está vermelha é porque a situação não está boa. Sabemos que, dentro dos critérios de bandeiras adotadas pelo governo do Estado, a última é a bandeira preta, e bandeira preta é *lockdown*, aí ninguém mais poderá circular nas ruas! E ninguém, nenhum de nós aqui, vereadores da Câmara de Porto Alegre, quer que a nossa cidade chegue a tal ponto. E, portanto, precisamos que a pessoa que será responsável pela comunicação oficial em nome do Executivo não seja leviana, e o prefeito foi leviano na tarde de ontem. Eu me indigno demais com isso, porque o momento está crítico, a ocupação de leitos, em especial de UTIs, já está acima do limite considerado prudencial, e o prefeito diz que essa demanda é por conta dos municípios do interior do Estado; ele mesmo lembrou que esse movimento é histórico. Desmontou o hospital de campanha, poderia estar utilizando o Hospital Independência, poderia estar utilizando o Hospital Parque Belém, mas não o fez. E está tomando decisões equivocadas em meio ao momento de maior gravidade, dentro dessa pandemia, até agora registrado na nossa cidade. Eu deixo aqui a minha marca de indignação também com relação ao gasto de mais de R\$ 2 milhões em propaganda de governo, sendo que esse dinheiro poderia ser muito bem utilizado convocando a população a limitar a sua circulação e não fazer propaganda de bobagens – eu fico indignado com isso.

Na última semana também nós tivemos o pregão eletrônico para a compra de equipamentos de vídeo e fotografia pelo gabinete do prefeito. É hora de comprar máquina fotográfica nova? É hora de comprar tripé? É hora de comprar filmadora? É hora de comprar respirador! É hora de ampliar a capacidade de atendimento à nossa população. Por isso deixamos marcada a nossa posição de extrema contrariedade com relação à linha adotada até agora pelo prefeito, pelo menos nesses últimos tempos. Está agindo errado. Eu já tinha feito, anteriormente, há dois meses, um elogio no sentido de que a Prefeitura tinha conduzido bem no início, e que, dentre as capitais, Porto Alegre tinha os números mais positivos. Agora estamos indo na contramão, e andar de marcha ré é colocar a nossa população em risco. Um grande abraço a todos e sigamos com os nossos debates.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Prof. Alex. O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD): Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol; Ver.^a Cláudia Araújo, colega e líder da nossa bancada do PSD; senhores vereadores. A primeira manifestação que eu quero fazer é no sentido disso que os colegas têm falado de aglomeração de pessoas nas praças, nos parques, na orla.

Primeiro, quero dizer que eu compreendo o prefeito, que ele libera a orla, porque, na verdade, é a única coisa que ele tem para mostrar da gestão dele. Então, ele coloca as pessoas lá na orla para criar essa falsa sensação de que o governo tem realizações. O governo não tem essas realizações. Então, é uma medida artificial de criar uma ilusão ou de dar continuidade a uma ilusão.

A segunda questão, (Problemas técnicos no som.) nenhum ser humano é uma ilha, e que, portanto, a nossa natureza é de sermos gregários. Ou seja, a tendência é de nos agruparmos em tribos, em pessoas com afinidades, enfim, o ser humano forma grupos. A nossa natureza e o nosso destino são a liberdade; e o aprisionamento nos faz doentes. Digo isso porque a saída das pessoas, neste momento, para esses espaços é quase que um grito de socorro. E os senhores têm que compreender isso. A culpa não é das pessoas. Impôs-se às pessoas um isolamento social que tinha prazo de validade. Esse isolamento social poderia durar 40 dias, que é o prazo de uma quarentena; 60 dias. E nós já estamos há mais de 90 dias. E submeter as pessoas à prisão domiciliar, senhores, é algo que, do ponto de vista psicológico, é muito complicado, senão impossível! Portanto, volto a dizer, eu não quero justificar, quero dizer, sim, que as pessoas têm que ter consciência, mas, por outro lado, quero compreender que é quase que um grito de socorro. Na verdade, quem não fez do seu tema, ao longo desses 90 dias, foi o gestor, que, no caso, é o Chefe do Executivo, que é o prefeito municipal. Volto a dizer qual é o objetivo da quarentena, que são 40 dias, já dura 90, nós já estamos no final de junho e eu vejo o discurso de certos colegas aqui que parece que nós estamos lá em março ainda! Nós perdemos 90 dias, senhores! Período em que, lá para o dia 16 de março, o prefeito deveria imediatamente ter começado a trabalhar a perspectiva de comprar respiradores, de preparar a estrutura hospitalar. Por que o prefeito requisitou os respiradores do Hospital Parque Belém, por exemplo? Se ele requisitou os respiradores do Hospital Parque Belém, ele podia ter requisitado a estrutura física do hospital. Poderia ter feito uma espécie de intervenção, poderia ter pego R\$ 1 milhão, R\$ 2 milhões, os R\$ 10 milhões da Câmara deu e comprado respiradores. Por que é que o grupo Floresta - formado por empresários - conseguiu reformar e disponibilizar mais de 100 respiradores? Por que a Prefeitura de Porto Alegre, com toda a estrutura, não conseguiu comprar um, colocar um? E agora vai para o vermelho. Por que vai para bandeira vermelha? Porque o prefeito não sabia, muito provavelmente, lá atrás, que a metodologia criada era essa de número de leitos de UTI *versus* doentes. Aí, começa a aumentar o número de doentes e permanece imóvel ou praticamente sem acréscimo no número de leitos de UTI, e nós entramos, naturalmente, na bandeira vermelha. E a bandeira vermelha determina o quê? Determina o fechamento da atividade econômica. E possível isso mais uma vez? Não é possível!

Os senhores estão falando, aí, do mundo; a Ver.^a Lourdes falou de outros países, a França nesta semana retomou as aulas das crianças. Os cinemas reabriram na Itália, na Espanha. Então, o mundo está voltando. Por quê? Porque as pessoas conseguiram, com planejamento, executar as políticas corretas. E aqui só tinha um objetivo, a política do isolamento social: era a preparação dos leitos e dos hospitais para os doentes que eventualmente chegassem, porque nós estamos dentro de uma pandemia,

que não tem vacina, cuja cura ainda não existe, que, quando se agrava, o paciente precisa de UTI, e, portanto, tinha que ter UTI, tinha que ter respirador, tinha que ter estrutura hospitalar, tinha que ter leito hospitalar. Essa era a única tarefa, o único desafio, o único objetivo que o prefeito municipal deveria ter tido ao longo desse período, para permitir que a economia voltasse com todos os cuidados. Eu garanto a vocês que se as pessoas pudessem estar trabalhando, com assepsia e com outras coisas mais, com esses cuidados, as praças e parques não estariam cheios nos finais de semana, porque, volto a dizer, é quase que um grito de desespero das pessoas trancadas, em isolamento social, agravando casos de problema psiquiátrico, psicológico.

Senhores, por último, eu estou muito surpreso e chocado aqui com a postura dos colegas e eu quero fazer um alerta: a história de se lembrar daqueles que, em momentos cruciais, não tiveram a coragem e nem a capacidade de tomar as medidas que têm que ser tomadas. Quinta-feira eu sou advertido por uma senhora, uma cidadã de Porto Alegre que me perguntou se eu tinha visto o investimento em publicidade, e eu disse que não. Aí, eu perguntei aqui no grupo dos vereadores e alguns vereadores me passaram ali - e eu quero cumprimentar inclusive o Ver. Mendes Ribeiro e outros, que são os autores da Lei da Transparência - aquele dado. E eu me enganei, num primeiro momento, quando eu falei que eram 638; na verdade, hoje, já são R\$ 4 milhões. Ontem, propaganda no Fantástico, hoje duas páginas na Zero Hora, e R\$ 4 milhões é a escolha do gestor, que ficou entre duas escolhas: ou aumenta a estrutura hospitalar e salva a vida das pessoas, ou gasta em propaganda e publicidade. Quando o gestor faz a opção, vereador José Freitas, vereador Mendes Ribeiro, vereador João Bosco Vaz, o vereador Ferronato, inclusive o vereador Ramiro que até pouco tempo era secretário, o vereador Wambert, o vereador Nedel, o vereador Dr. Goulart, vereadora Lourdes, vereadora Mônica, vereador Brum, vocês que estão me assistindo, vereadora Cláudia, vereador Paulinho, quando o prefeito faz a opção, vereador Ricardo Gomes, de investir em publicidade e não comprar um respirador, o prefeito comete crime de responsabilidade. Quando a cidade tem que ir agora ao *lockdown* novamente, isolamento social, bandeira vermelha, e fechar o comércio sacrificando empregos, a economia, a vida e a esperança das pessoas, este crime tem um autor direto que é o prefeito, que desde março não comprou um respirador. Poderia ter posto lá no Hospital Parque Belém, por exemplo; requisita o hospital, não entra em discussão com o Dr. Pereirinha, requisita o hospital, equipa o hospital, a cidade não teria entrado em *lockdown*. Então o que nós estamos vivenciando agora é isso. A vereadora Cláudia tem falado das escolas infantis; nós temos falado da falta de EPIs; nós temos falado dos recursos do PNAE, que era para comprar alimentação para as escolas e que até agora não veio; nós falamos dos R\$ 10 milhões da Câmara, nós falamos do problema do transporte público da cidade, que apinha pessoas. É por isso que aumentou o número de contaminados, senhores, é por isso, Sr. Presidente Reginaldo Pujol! Fui Presidente há dois anos atrás e recebi dois ou três pedidos de impedimento do prefeito que foram submetidos à Câmara e eu achei que de fato, naqueles não havia razão nenhuma. Mas eu quero chamar a atenção da gravidade deste momento para os senhores, porque agora a renúncia de receita, o desemprego, a falta de leitos hospitalares, a falta de respiradores é responsabilidade

direta de uma escolha, a escolha de colocar R\$ 4 milhões... Eu achei que eram R\$ 600 mil, depois o ver. Ricardo Gomes foi atrás e eram R\$ 3,4 milhões; hoje eu fui atrás e está em R\$ 4,2 milhões que poderiam e deveriam, Srs. Vereadores, ser investidos em respiradores e leitos hospitalares. E o restante dos recursos, dos sessenta e quatro que vieram do governo do Estado. Se o governo municipal colocou R\$ 6 milhões por mês na Carris, hoje nós já estamos em quanto, em quase R\$ 20 milhões de recursos na Carris. Por que não aportou recursos nas empresas de ônibus, Ver. Paulinho, para aumentar a oferta de linhas e não apinhar pessoas dentro dos ônibus? Isso não causa transmissão, isso não causa contágio? Então tudo isso são escolhas e renúncias; a renúncia de comprar respirador; a renúncia de aumentar a estrutura hospitalar; a renúncia de fazer a oferta de sistema e a renúncia de gastar o dinheiro que tinha que ter sido gasto nisso em propaganda. Isso é um crime de responsabilidade, senhores, se não um dolo direto, um dolo eventual de ter assumido o risco de alcançar esse resultado que é chegar no final do mês de junho e tem que ir para bandeira vermelha e fazer o *lockdown* na nossa cidade. Então, senhores, a Câmara tem que se debruçar com muita coragem nesse momento, com muita responsabilidade neste momento, por que o que a sociedade, os empresários, os trabalhadores, Sr. Presidente, estão nos cobrando é a responsabilização do prefeito por essa omissão, por essa atitude, por essa escolha de investir em duas páginas, hoje, da Zero Hora, quando não investiu em nenhum respirador. É diante disso que nós estamos sendo colocados nesta encruzilhada existencial do Parlamento de Porto Alegre. Eu espero dos senhores, e tenho certeza de que nós vamos ter de todas as bancadas esta responsabilidade com relação a esse momento, porque isso não pode ficar assim, isso não pode passar em branco. Nós tínhamos que ter estrutura hospitalar, e se nós tivéssemos mais 100 leitos hoje em Porto Alegre nós não estaríamos na bandeira vermelha, e se tivéssemos mais 100 leitos é porque nós teríamos investido ao longo desses 90 dias nesses respiradores. Por que o instituto Floresta conseguiu comprar 100, e a Prefeitura não conseguiu? Com os R\$ 4 milhões gastos essa semana em publicidade, retirados do Fundo de Saúde, senhores, Ver. Freitas, retirados da assistência social, poderia ter comprado 40 mil cestas básicas com R\$ 2 milhões; R\$ 50,00 uma cesta. Não fez nada disso! E nós vamos assistir a isso impassíveis, senhores? No momento em que a cidade tem uma perda de receita histórica, tem desemprego e falta respiradores, é responsabilidade direta do prefeito, responsabilidade das suas escolhas e responsabilidade de uma decisão que, para mim, é criminosa. E, portanto, ele deve responder por tal com um processo de impedimento que deve ser aberto e instaurado na Câmara de Vereadores já, o que eu espero, com a assinatura de todos os senhores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado. O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Boa tarde, Presidente Pujol, boa tarde diretor Afonso, vereadoras e vereadores. Falando do transporte público, muitos vereadores falaram e agora mesmo o vereador Valter acabou de falar a situação: tiraram linhas, dizendo que não tinha passageiro para aqueles horários, tiraram muitos horários de certos bairros de Porto Alegre, e os ônibus estão cada vez lotando mais, cada dia que passa a gente recebe mensagens de eleitores e passageiros nossos de que os ônibus estão lotados, mandam vídeos com passageiros em cima uns dos outros, sendo que a gente está nessa situação aí dessa pandemia e o isolamento social não está acontecendo. Vamos procurar fiscalizar cada vez mais essa situação dos ônibus para que não se repita, sendo que a gente está na situação difícil, piorando cada vez mais. Os hospitais estão ficando mais lotado, e foi dito aqui há pouco por outros vereadores, que procuramos fiscalizar os recursos porque nós deveríamos, com certeza, ter mais vagas de UTI, teríamos que ter respiradores à espera, sendo que agora estamos aí na bandeira vermelha, e a situação está piorando dentro de Porto Alegre. Começamos bem, mas agora as coisas estão ficando difíceis e temos que ficar atentos, porque Porto Alegre já está com mais pessoas contaminadas. E também a situação do comércio, pois os pequenos empreendedores estão sofrendo muito com essa situação, o desemprego está cada vez maior. A gente tem que pensar nos dois lados: tem que pensar na saúde das pessoas em primeiro lugar, mas também temos que pensar nas pessoas que precisam trabalhar: as pessoas não saem de casa de graça, pegar dois ônibus para ir, dois ônibus para voltar, as pessoas estão correndo atrás de dinheiro que terminou, a comida que terminou, a alimentação terminou, e as pessoas estão tentando correr atrás. Sábado mesmo um amigo me ligou, ele trabalha como segurança, e disse: “Paulinho, o que está acontecendo que essa orla está lotada? Gente sem máscara, um por cima dos outros”. Ele até me ligou cobrando, com razão, porque estamos restringindo certas situações, o comércio, pessoas na rua que estão trabalhando, e a orla aberta para todo mundo no fim de semana. Eu não sou contra o lazer e diversão, mas não estamos em uma situação em que dá para ir sábado e domingo, Bosco, para a orla passear. Se vê aquele monte de gente, e não está sendo fiscalizado. Isso aí tem que ter uma fiscalização, pois já que é para um... Se a restrição é para o trabalhador, para o pequeno empreendedor, por que não é para as pessoas no final de semana? As pessoas estão achando que essa doença não pega, que isso aí é piada, e as coisas estão acontecendo. Sempre tem aquele ditado que enquanto não pegar em alguém da família ou na gente mesmo, se pensa que é uma doença que só pega nos outros. Estamos muito preocupados com isso, estamos atentos, trabalhando diretamente todos os dias; eu sempre falo que vereadores, todos os 36 estão procurando ajudar, na medida do possível. Quando as pessoas me falam assim: “Ah, você está ajudando”, eu digo: “Não, Deus nos ajuda e os outros vereadores também estão ajudando”. A gente não pode chegar nos lugares e dizer “Sou o pai da criança, eu estou trabalhando”; não, todos os vereadores estão trabalhando diretamente, correndo atrás para ajudar nossa população. Nós somos eleitos para isso, não estamos fazendo favor para ninguém, temos a obrigação de ajudar, de fiscalizar, de trabalhar no dia a dia.

Concluindo, Presidente, continuaremos fiscalizando, espero mais fiscalização nas ruas para que não sejam prejudicadas somente as pessoas que saem na

rua para trabalhar, e, sim, que todo mundo tenha conscientização da situação que estamos vivendo neste momento atual. Um abraço a todos, fiquem com Deus.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Paulinho Motorista. O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Boa tarde a todos, estou escutando atentamente as falas, evidente que todos nós ainda impactados com o final de semana, com a bandeira vermelha, com o decreto do prefeito, com denúncias feitas por alguns colegas vereadores em relação aos gastos em publicidade, com recursos que deveriam estar sendo usados para saúde.

Início referindo-me às colocações muito pertinentes do Ver. Valter, apenas faria uma breve e curta colocação. A obra da orla, embora o prefeito Marchezan a use, neste momento, como um cartão postal na busca da sua reeleição, não é uma obra dele, não foi um a obra projetada por ele, não foi ele quem buscou os recursos, foi uma obra apenas finalizada na sua gestão, com praticamente tudo pronto. Enfim, é uma obra muito bonita, tem agradado a muitos porto-alegrenses, tornou-se, realmente, um cartão postal de visita e, nesse momento, tem que ser amplamente fiscalizada, pois as pessoas têm que estar muito conscientes de que esta aglomeração não é possível e não é viável neste momento. O uso da máscara que, aliás, o vereador que me antecedeu, Valter Nagelstein, fez um projeto que nós aprovamos, a necessidade, a obrigação do uso da máscara, também não tem sido exigido por este governo. Aliás, vamos combinar, passamos esses quase cem dias de isolamento em nossas casas, a Câmara cumpriu o seu papel, deu agilidade para aprovação dos projetos, a Câmara fechou, usou dos seus canais de comunicação, através de todos os vereadores, pedindo que as pessoas que pudessem ficassem em casa. E assistimos aqui um governo... Que bom que eu tenha escutado essas falas dos colegas, porque percebo que os colegas vereadores têm se dado conta de que nós temos um autocrata no comando da Prefeitura, um prefeito que não tem nenhum tipo de apreço ao diálogo, não tem humildade para escutar a experiência daqueles que já passaram pelo governo e que podem contribuir. Neste momento, percebemos que todos fizeram a sua parte, empresários que, inclusive, foram para rua, fizeram carreatas, que não gostaram das medidas do governo, mas fizeram a sua parte. E o que nós assistimos? Que passaram esses dias e o governo nada fez. Os nossos gargalos não foram atingidos. Não basta fazer uma série de restrições, se nós temos acompanhado um definhamento do transporte público, que há muito tempo já carente, perdendo passageiros com entrada de outros *players* de mercado, porque as pessoas estão optando por outros modais, mas vemos o prefeito simplesmente assistir, não se responsabilizar, e voltar à tona com projetos que não passam de boas ideias, mas são projetos inexecutáveis para o momento.

É por isso que eu faço aqui uma ressalva, Presidente, dizendo que a gente não viu transparência, não viu ampliação de leitos, não viu compra de respiradores, não viu exigência de máscaras, não viu a necessidade de isolamento da orla, e a gente percebe, agora que passam esses dias, o prefeito Marchezan, num ato de desespero talvez, ou embriagado pelo uso da imprensa diária, que tem feito dele um prefeito permanentemente na imprensa, gastando recursos públicos não apenas para publicidade da Prefeitura, desnecessária, mas para sua autopromoção. Então fica aqui o registro da nossa bancada, mas, sobretudo, o nosso registro. Que bom que eu tenho visto alguns colegas vereadores enxergarem isso, que esta Casa, por mais que alguns colegas façam parte de uma bancada de situação, de uma bancada de apoio este governo, que esta Casa não se dobre ao alinhamento automático das vontades do prefeito Marchezan. Nós estaremos aqui, Presidente Pujol, resistentes, usaremos do nosso mandato, do tempo que o mandato nos propõe, que a tribuna nos deixa para fazer as denúncias necessárias, permanentes, em todo e em qualquer momento que este governo não cumpra aquilo que deva cumprir.

Agradeço, Presidente, o tempo maior que deu a este vereador, mas se faz necessário; que bom esta Casa está enxergando esse desgoverno do prefeito Marchezan. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Mauro. O Ver. José Freitas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Boa tarde, colegas vereadores, na verdade nem tudo são flores. O Ver. Alvoni acabou de mandar aqui, também mandaram para COSMAM, reclamação da Unidade de Saúde Ramos, lá na Zona Norte, falta de médico, situação insustentável, falta clínico-geral. Eu quero dizer ao Ver. Valter que eu assino embaixo todas as palavras proferidas por ele. Eu tenho repetido que neste governo em nada há transparência, e, quando a gente pede informação sobre algum valor, mandam olhar o Portal Transparência, que está tudo lá. Mas não está discriminado como deveria estar. Então, não há transparência. Eu digo, repito, que não há transparência nos gráficos. O que o governo tem feito, na verdade, é assustar a população, porque os gráficos contabilizam a pessoa que é somente suspeita, a pessoa em que nem foi feito o teste já vai para o gráfico também, contabilizando. Então, isso tudo assusta as pessoas. Não tem transparência para dizer que não são todos os hospitais, a contagem dos leitos é feita somente nos hospitais que têm convênio com a Prefeitura. Aí ficam alarmando, e as pessoas pensam que todos hospitais estão cheios de pessoas com Covid-19. Não tem transparência para dizer a porcentagem maior de leitos não é de Covid-19.

Por fim, quero dizer, em relação também aos valores, que é tudo isso que nós temos visto: valores exorbitantes, gastos em propaganda, que poderiam ter investido muito mais em leitos, em respiradores. Quando dizem que tem equipamento para todos

os servidores, isso não é verdade. Os conselheiros tutelares nem máscaras ganharam, estão pagando bolso deles, e sabemos que a máscara tem que ser usada, no máximo, por duas horas! Então, por tudo isso, não há transparência. Quando a gente pergunta, denunciam: “Não está chegando o equipamento para o servidor”, todo mundo responde, a Secretaria de Saúde responde – já respondeu para nós – que não tem falta, então está faltando fiscalização! Diante de tudo que nós temos visto, diante de tudo que nós temos ouvido, e as pessoas nos cobrando, os empresários, nós não podemos, a Câmara Municipal não pode ficar de braços cruzados; por isso que eu fecho com o Ver. Valter: a Câmara de Vereadores, diante de todas essas denúncias, de toda essa falta de transparência, não pode ficar de braços cruzados. Nós não podemos ficar de braços cruzados, por quê? Porque a população, os munícipes nos colocam, a todo nós, no mesmo barco! Por isso nós temos que tomar providências. Um abraço para todos.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Muito obrigado, Ver. José Freitas. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Boa tarde, Pujol; boa tarde colegas vereadores e vereadoras; eu estou achando por demais importante a nossa reunião no dia de hoje, pela clareza com que os colegas estão fazendo a leitura da conjuntura atual. Não me admira absolutamente nada, porque o projeto do prefeito Marchezan é se tornar o rei Luís XIV, “a cidade sou eu”, porque ele mudou a sua propaganda! Antes era “Porto Alegre para frente”, agora é “Porto Alegre para sempre”, ou seja, ele quer botar a coroa de Luís XIV, como Luís XIV fez, dizendo: “O estado sou eu”. Muito bem falou o Ver. Freitas: é um projeto autoritário, de quem nunca responde pedidos de providência, não responde pedidos de informação, é uma caixa-preta. A nossa bancada tomou um conjunto de iniciativas, por exemplo, em relação ao Mercado Público, que eu quero discutir com os senhores, porque eu li todas as páginas da questão do Mercado Público, eu fui verificar as outras contratualizações, e a publicidade é a seguinte, colegas: são quatro milhões e poucos reais, sendo que R\$ 3,5 milhões são do Fundo Municipal da Saúde, diretamente; do dinheiro que os vereadores, através da Câmara, do Ver. Pujol, já repassaram, vão repassar. Qual a prestação de contas que nos foi dada? Nada. Quando eu cobre a fiscalização que os senhores estão colocando aqui... Por exemplo, aqui no Centro fecharam um monte de lojas, mas o seguinte: as esquinas estão tomadas pelos vendedores de frutas! É uma necessidade? Ele fez demagogia: “são as pessoas informais...” Não! Esses nós sabemos o que tem por trás, porque eu recebo da Brigada Militar as prisões que estão sendo feitas aqui no Centro, e eu sei onde eles se escondem. Ele vem fazer demagogia! Os parques? É simples! O que aconteceu ontem no Parcão, no Germânia, mas especialmente na orla e em Ipanema, não tem distanciamento social nenhum, não tem fiscalização nenhuma. E agora o prefeito, em vez de colocar um guarda municipal, um guarda da antiga SMIC e um da Saúde juntos, como todas as

idades fazem, ele manda a guarda municipal fazer não sei o que, que não é de sua competência, não pode! Depois tira uma decisão, e não tem problema nenhum. Todas as cidades estão fazendo de forma conjugada e, muitas vezes, com as polícias militares junto. Tem que fiscalizar como Canoas fez: a polícia fechou uma festa de 200 pessoas; em São José do Hortêncio, fecharam uma festa com 40 pessoas, no meio da cidade. Se as pessoas não obedecem às normas, nós temos que fazer valer a fiscalização municipal.

Eu concordo com o Ver. Valter que aqui tem um problema de dolo, tem um problema gravíssimo de ação e omissão. Ação porque ele pega dinheiro, enfia a mão no dinheiro do Fundo Municipal. Colocou muito bem o vereador – acho que foi o Pablo – sobre a questão do Hospital Belém. Tem briga com o controlador, faz uma requisição administrativa, está no seu direito, é seu direito fazer. Nós estamos tomando as medidas cabíveis e nós queremos, sim, votar outras questões; agora, não queremos ficar na mão do prefeito exigindo que a gente vote.

As duas páginas do jornal Zero Hora sabem para o que é? Para pagar aquele moleque – aquele moleque! – que vive azucrinando os vereadores! Quem ele acha que é? Com dinheiro público! Eu já respondi e vou dizer: isso não é jornalismo, isso não é sério. Quem ele acha que é, que não discute a questão do transporte público com a população discutindo há anos aqui? Chega de brincadeira, chega dessa política de pequeno rei, de ditador.

Concluindo, assino o pedido de impedimento por essas questões colocadas pelo Valter e outros colegas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Ouvimos todas as manifestações dos vereadores, fica comprovado que nós não roubamos de ninguém a possibilidade de manifestação neste dia. Desta forma, não existindo mais nenhuma inscrição, passamos de imediato ao levantamento das presenças, tendo em vista o ingresso na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e dois vereadores presentes.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 16h12min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO NOMINAL

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0197/20 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 009/20, que autoriza a contratação de Técnico em Tratamento de Água e Esgotos (TTAE), Fresador, Operador de Máquinas Especiais, Soldador Industrial e Técnico Industrial para o Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), por prazo determinado, para atender necessidade temporária e de excepcional interesse público. (SEI 118.00091/2020-17)

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Cassio Trogildo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e das Emendas nos 01 a 05.

Observações:

- com Emenda nº 01, de autoria do Ver. Ricardo Gomes;
- com Emenda nº 02, de autoria dos Vers. Roberto Robaina e Alex Fraga;
- com Emendas nos 03 e 05, de autoria da Ver^a Karen Santos;
- com Emenda nº 04, de autoria do Ver. Adeli Sell;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, III, da LOM;
- votação nominal conforme o art. 2º, VIII, *d*, da Resolução nº 2.582/20;
- incluído na Ordem do Dia em 10-06-20, conforme a Resolução nº 2.582/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal o PLE nº 009/20. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Muito obrigado, Presidente Pujol, diretor Luiz Afonso. Quero cumprimentar todos os colegas vereadores e vereadoras e agradecer aqui ao meu líder, Ver. Adeli Sell, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores – em meu nome e em nome dos vereadores Marcelo Sgarbossa e Aldacir Oliboni.

Primeiro, nós precisamos fazer aqui uma contextualização do que significa, neste momento de pandemia, este projeto do prefeito municipal que pede para fazer a contratação desse conjunto de técnicos para o Departamento Municipal de Água e Esgotos. Nós, da nossa bancada, já subimos várias vezes à tribuna da Câmara Municipal para fazer a denúncia que o prefeito municipal vinha e vem sucateando, vinha e vem destruindo uma das melhores autarquias de produção de água, de beneficiamento de água e esgoto do mundo – não é de Porto Alegre, não é do Rio Grande do Sul, não é do Brasil, não é da América Latina, é do mundo. O DMAE já foi convidado para inúmeras reuniões nas Nações Unidas, em países da Europa e da América do Norte para mostrar o seu envolvimento como empresa pública, garantindo um direito fundamental – água e esgoto – para a cidadania. Então o DMAE sempre foi um exemplo. Quero aqui, dizendo isso, cumprimentar um dos seus primeiros diretores, que foi o meu colega engenheiro

João Antônio Dib. Então nós não podemos deixar que um patrimônio como esse seja destruído.

Nós temos carência de água hoje em Porto Alegre – já existia antes da pandemia. Temos o projeto da Ponta do Arado em Belém Novo para abastecimento, em função da falta de água – falta constantemente na Lomba do Pinheiro, na Restinga, na Hípica, na Costa Gama e em outras regiões do centro-sul e do Extremo-Sul da cidade de Porto Alegre –, que está pronto desde 2014, já poderia ter sido executado pelos funcionários; mas o que aconteceu neste período de governo Marchezan? Nós temos uma deficiência hoje, Ver. Reginaldo Pujol, de mais de mil trabalhadores, funcionários das áreas técnica, executiva e administrativa no Departamento Municipal de Água e Esgotos. “Ah, bom, então esse sucateamento não vem sendo feito de agora”. Nós sempre defendemos que deveria haver uma restituição desses quadros para garantir esse serviço básico à cidade de Porto Alegre, e não dilapidar, não rapinar o DMAE, como o governo Marchezan vem fazendo.

A nossa bancada, junto com a oposição, apresentou um conjunto de emendas. Nós daremos acordo para votar este projeto emergencial, mas desde que a nossa Câmara também assuma o compromisso: esses cargos precisam ser restituídos como cargos efetivos do Departamento. O Ver. Robaina tem uma emenda que sugere transformá-los, logo após 120 dias, em concurso público para preenchimento desses cargos. Nesse sentido, temos aqui a nossa posição crítica ao voto, porque não queremos destruir o DMAE, que é um patrimônio da cidade e um benefício de vida, um direito. A defesa, primeiro, é da vida. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 009/20, como autor da Emenda nº 02.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Luiz Afonso, vereadores e vereadoras. Bem, nós temos uma situação que foi muito discutida pelas lideranças, uma situação crítica envolvendo o problema da pandemia em Porto Alegre. Eu considero, assim como o nosso líder, o Ver. Prof. Alex, que o prefeito Marchezan tem sido irresponsável em relação a isso – a sua *live* de ontem foi uma expressão disso –, com o seu total imobilismo em relação aos equipamentos necessários para que nós tenhamos uma ampliação das UTIs. Mas, no caso do DMAE, eu acredito que é, sim, efetivamente, um projeto que está relacionado em última instância com o problema emergencial que nós temos, quer dizer, há, de fato, uma necessidade de reposição imediata das vagas do DMAE, de um quadro em que há, como o próprio Comassetto se referia, uma defasagem de muitos técnicos do DMAE, uma defasagem grave. Nós tínhamos concurso para agora, esse concurso não foi realizado por causa da pandemia – essa foi a alegação. Então, nós sabemos que é preciso recompor o quadro. O objetivo da emenda 02, conversando com engenheiros e técnicos do DMAE, o objetivo está

relacionado com nós não sucatearmos o DMAE; o DMAE tem muita competência, mas parte da competência do DMAE, também mencionada pelo engenheiro Comassetto, e várias administrações importantes que fizeram o DMAE ser um exemplo de autarquia, essa capacidade só foi possível pelo seu corpo técnico e pelo vínculo orgânico do seu corpo técnico com a empresa, ou seja, não um vínculo provisório que é incapaz de criar uma relação orgânica com a empresa, de compromisso permanente para empresa; num vínculo provisório um a pessoa está trabalhando, num momento, e pensando, logicamente, no momento seguinte, onde ela não estará na empresa. Então, é preciso que os 120 dias, e essa é a proposta da emenda, dados os 120 dias da contratação emergencial, seja efetivado o concurso, concurso para as vagas que essa contratação emergencial está prevendo. Esse é o sentido da emenda. Eu considero muito importante porque nós não podemos aceitar o sucateamento do DMAE, e essas contratações emergenciais, obviamente, nesse caso agora, se pode até aceitar, desde que elas, de fato, sejam emergenciais; e para que sejam emergenciais quatro meses é suficiente. Além do mais, estava previsto um concurso. Há uma defasagem histórica, e estava previsto um concurso para agora, que não foi efetivado em função da pandemia. Então, creio que os vereadores e os vereadores que tenham interesse efetivo na defesa do DMAE, na garantia da qualidade dessa autarquia, vão votar com essa emenda, para que nós tenhamos, depois dos 120 dias, previstos na contratação emergencial, a efetivação de um concurso público que permita que a empresa possa funcionar, adequadamente, como corresponde a lei, com concurso público. Muito obrigado, Presidente, muito obrigado, Luiz Afonso.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 009/20.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Presidente. Esse é um tema importante sim, o DMAE é uma das maiores autarquias do Município, e eu tenho um apreço muito grande por ele. Mas, como disseram, houve um sucateamento em quase todas as secretarias, e agora no governo Marchezan, nessa reforma que ele não legalizou, não organizou até agora, ele praticamente liquidou com a SMOV, a qual eu fui secretário e muitos foram secretários – é uma pena; e tem duas usinas, uma na Restinga e outra na Zona Norte, e, praticamente, ele terminou com aqueles órgãos de potência na Prefeitura. A SMOV hoje está dividida em vários setores, que ninguém entende mais, conseqüentemente, uma imensa dificuldade. O DMAE é daqueles órgãos que eu entendo que... Não sou contra privatizações, eu sempre separo, até que prove o contrário, em três órgãos, um municipal, que é o DMAE, que entra dinheiro na boca do caixa; portanto, só pode quebrar, só pode não dar certo se fizerem uma péssima gestão. A Corsan, é do Estado, também, para quebrar só se tiver uma péssima gestão. E o Banrisul que é o nosso banco; não por ser nosso, mas porque lá no interior – e muitos são do interior -, ele que socorre os pequenos, os grandes, no interior. Então, nesse

aspecto, na contratação temporária de 40, sendo técnicos, no tratamento da água; um treinador, um operador de máquina; cinco soldadores; um técnico industrial, um cara temporário, por 120 dias. Portanto, acho que a emenda não é ruim, não. O melhor sempre é o concurso público, porque se vai dar estabilidade e tranquilidade, nesse momento, do coronavírus, geralmente os funcionários que têm uma idade avançada estão afastados, para se preservarem, em várias secretarias, isso é natural. Então eu acho que a nossa Bancada, a Ver.^a Mônica, o Ver. João Carlos Nedel, devemos votar para fortalecer o DMAE. O DMAE que tanto gostamos, do nosso saudoso ex-prefeito e vereador, João Antônio Dib. Portanto, nós estamos aí reforçando: as críticas que foram feitas antes são devidas à administração. Mas agora nós devemos votar porque é bom para cidade, é bom para todos nós. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 009/20, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Obrigado, Presidente Pujol, eu quero registrar aqui que solicitei várias vezes fazer esta manifestação e peço este tempinho para nós discutirmos mais uma vez. Eu queria saudar o nobre Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que está nos acompanhando, a nossa solidariedade a todos os servidores públicos, de modo especial aos do DMAE, que nesse momento aguardam, com certeza, ansiosamente, embora em tempo razoável, para recompor vagas dos seus técnicos, mas que com certeza, todos nós, e eles aguardam que seja então autorizado esse concurso público, já que foi liberado há algum tempo, e esperamos que o Marchezan, também abra concurso público para o DMAE. Qual foi o concurso público que o Marchezan abriu na sua gestão? Na saúde, não abriu; na educação, não abriu; na assistência, não abriu, privatizou, e na saúde privatizou. Lamentavelmente o governo Marchezan é um governo do capital, onde terceiriza, privatizada, abre concessão e desvaloriza o servidor público. É preciso que se diga isso, porque a sua rejeição está clara e precisa junto à sociedade, e nesse momento, em tempo de pandemia, é lamentável que ele não coloque os dados, os números, os valores que recebeu do governo estadual e federal, de ter que recuar agora, quando estava operando a flexibilização dos serviços, porque ele não investiu definitivamente desde o seu início, e agora tem que voltar atrás. As críticas ora feitas ao prefeito são reais, e qualquer cidadão, por mais ingênuo possível, consegue ver, verificar e constatar isso. Hoje no DMAE, claro é uma sinalização, embora temporária, é de extrema necessidade porque os serviços demandados pela população muitas vezes não são feitos por falta de profissionais. Poderiam ter resolvido no início, lembram no primeiro ano, quando ele sinalizava privatizar o DMAE, que todos nós fomos ao DMAE, entramos e tomamos conta, inclusive com o apoio do próprio ex-vereador João Antônio Dib, que é uma marca na defesa do DMAE. Portanto, o DMAE não tem partido; o DMAE é uma causa pela vida das pessoas, é um bem público, é a água pública, não se vende água, muito

menos se vende ou se privatizam serviços dessa natureza, como a saúde, a educação, a assistência e tudo o mais. Portanto, eu creio hoje nós vamos dar uma sinalização, mas essa sinalização tem que ser acompanhadas de tempo razoável, em que o próprio Ver. Robaina acaba sinalizando na sua emenda, e temos que reconhecer, o Ver. Adeli Sell também tinha uma emenda que dialogava com esse tempo, dessa forma. Mas que o governo ande de passos largos, é muito lento. Portanto, concurso público autorizado, pós pandemia, tem que ser, imediatamente, efetivado. Para concluir, nobre Presidente, eu quero dizer que é de extrema importância o apoio nosso, mas também o apoio a esses profissionais, que estão na linha de frente, na defesa da vida e na defesa do serviço público. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 009/20.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Muito obrigado, Presidente Reginaldo Pujol; eu gostaria de fazer um encaminhamento por parte da minha bancada, a bancada do PSOL, então, eu falo em nome da Ver.^a Karen Santos e do meu colega de bancada Ver. Roberto Robaina. A proposição deste projeto desvende uma das características básicas do governo Nelson Marchezan Júnior: a incapacidade de gerenciar a cidade de Porto Alegre. Gerenciar a cidade, cuidar da cidade, administrar de forma responsável significa conhecer a cidade, conhecer a máquina pública, conhecer os órgãos governamentais e prever problemas como, por exemplo, a falta de RH. Pessoas se aposentam e essas aposentadorias não são supridas através de concurso público e isso faz com que haja a necessidade de correr atrás da máquina e fazer contratações temporárias emergenciais. A Prefeitura fez um concurso para professores de educação infantil e séries iniciais, que teve duzentos e poucos aprovados, mas não fez para as outras categorias – poderia ter feito – e recorreu ao contrato emergencial, coisa que é muito criticada por todas as pessoas, porque justamente, como falou o Ver. Aldacir Oliboni, não estabelece vínculo entre o profissional e o órgão no qual ele está trabalhando. O DMAE é essencial e, em tempos de pandemia, a água não é apenas um bem necessário, ela é fundamental. Nós precisamos da água para a higienização das mãos, que é a principal forma de prevenir a disseminação dessa pandemia. Lavar as roupas, lavar as máscaras, higienizar as nossas mãos quando chegamos em casa – tudo muito básico, tudo recomendação da Organização Mundial da Saúde. E, portanto, esse bem necessário, essa peça fundamental para evitar o crescimento mais significativo ainda da pandemia da Covid precisa estar acessível a todos os porto-alegrenses. Então é necessário que sejam recompostos os quadros, os recursos humanos para a autarquia municipal, mas nós precisamos também obrigar a Prefeitura, colocar a Prefeitura dentro da sua obrigação que é de suprir definitivamente essa falta de RH. Contrato temporário, contrato emergencial é um remendo, mas um remendo temporário que não vai e não pode durar para sempre. Portanto, eu peço a todos os vereadores de todas as bancadas

que votem favoravelmente à Emenda, se não me engano, de nº 02, do Ver. Roberto Robaina, que estabelece um prazo para que a Prefeitura abra um concurso público, porque já deveria ter aberto e, com a justificativa da pandemia, suspendeu... (Problemas técnicos no som.) Um grande abraço, boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Obrigado, Ver. Alex. O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 009/20.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol, nosso Presidente; uma boa-tarde aos demais vereadores e vereadoras e ao público que nos assiste. Em primeiro lugar, este projeto bastante simples e necessário, inclusive, quando protocolado, foi pedido para que entrasse naquele regime relacionado à Covid. Infelizmente, o Ver. Mauro Zacher entendeu que não poderia, entrou na justiça, uma liminar, posteriormente a liminar caiu, mas hoje estamos votando ele pela nova resolução. É um projeto para o qual estamos pedindo o apoio dos vereadores para que nós possamos aprovar que o DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgotos – possa contratar alguns trabalhadores, na sua grande maioria, técnicos em tratamento de água e esgoto, no número de 40, e mais alguns outros como fresador, operadores de máquina, soldadores e técnicos industriais pelo período de 120 dias, prorrogáveis por mais 120 dias. Essa contratação é para poder substituir aqueles trabalhadores do DMAE que estão enquadrados no grupo de risco e que não estão podendo exercer suas atividades. São trabalhadores que, pela idade ou por alguma situação particular não podem exercer a sua profissão nesse período por estarem no grupo de risco. Então, a ideia é contratar por 120 dias para substituir esses trabalhadores nesse período. Portanto, não há necessidade, neste projeto, até porque não é constitucional, de se obrigar a fazer um concurso público para substituir trabalhadores que já são concursados, afastados momentaneamente devido à pandemia. Então, a emenda do Ver. Robaina e do Ver. Alex, a Emenda nº 02, que exige concurso público, afinal, neste período, além de ser inconstitucional, ela vai contratar trabalhadores para cargos para os quais já existem trabalhadores que estão afastados neste momento por causa da pandemia. É um prazo de 120 dias, esperamos que, no final dos 120 dias, os trabalhadores do DMAE possam já ter retornado. Também a Emenda nº 03 da Ver.^a Karen, que fala em treinamento para estes servidores que vão assumir. É uma redundância, porque todos os trabalhadores que assumem nesse caso receberão treinamento do próprio DMAE para que possam exercer as suas atividades. Isto já é natural no DMAE, esse treinamento para esses trabalhadores; não há necessidade da emenda. A Emenda nº 05 da Ver.^a Karen pede também concurso público. Nós não estamos tratando aqui de concurso e não é essa a ideia. O concurso vai ser feito quando tiver necessidade e por decisão do Poder Executivo. Não é o nosso Poder Legislativo que vai definir que o Executivo faça concurso público. Elas são totalmente inconstitucionais, essas três emendas, peço que os vereadores votem contra as Emendas nº 02, nº 03 e nº 05, de autoria do PSOL. Também

temos a Emenda nº 01 do Ver. Ricardo Gomes, que pede para que não sejam contratadas pessoas que estejam no grupo de risco. Também, de certa forma, Ver. Ricardo Gomes, com todo o respeito à V. Exa., nós estamos contratando trabalhadores para substituir estes servidores que estão no grupo de risco... (Problemas técnicos no som.) ...e que, dessa forma, não poderiam trabalhar, até porque é temporário, para o período da pandemia. Então também não há necessidade dessa emenda. Quanto ao processo, à forma de contratação, será um processo seletivo, onde os trabalhadores serão contratados, por processo seletivo, por experiência, por... Era isso, Presidente, peço a compreensão de todos os vereadores. Há necessidade, sim, de se contratar de forma temporária por 120 dias com a hipótese de, se não aprovarmos este projeto, correremos o risco de termos dificuldade de tratamento de água na cidade de Porto Alegre. Eu tenho certeza que os vereadores compreendem, certamente votaremos de forma unânime este projeto pelo bem da cidade de Porto Alegre. Muito obrigado a todos os vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Eu que agradeço à Vossa Excelência.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Um esclarecimento. As Emendas nº 04, do Ver. Adeli Sell, e nº 05, da Ver.^a Karen Santos, foram retiradas de tramitação por solicitação de seus autores.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Então nós só temos três emendas para examinarmos. O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 009/20.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu também penso, como falou o líder do governo, o Ver. Mauro Pinheiro, que este é um projeto muito simples. E esse projeto é tão simples que demonstra que o DMAE realmente precisa de funcionários, mas eu quero que todos prestem atenção no que está acontecendo no próprio DMAE. Eu já falei com alguns integrantes do governo e não conseguir resolver essa situação e, pelo menos, tentar encaminhar, já pedi para alguns amigos. Vejam só: o governo fez o concurso público nº 568 – aponta aí, Mauro Pinheiro, 568 –, um concurso público para assistente administrativo. Alguns funcionários do DMAE fizeram esse concurso, porque o DMAE está precisando de assistente administrativo. Está precisando! Alguns passaram nesse concurso e pensavam que ficariam no próprio DMAE. Agora estão colocando no DMLU, estão tirando de lá os funcionários, e o próprio diretor-geral do DMAE diz que precisa desses funcionários lá. O problema maior é que esses funcionários, que têm, lá no DMAE, 10 anos, 15 anos, que fizeram esse concurso, quando saírem para outro órgão para o qual estão sendo realocados, vão perder as vantagens que têm lá, porque muitos têm hora extra, muitos têm outras situações. O DMAE precisa de funcionários, o

DMAE está com esse projeto para contratação temporária, aí o governo faz o concurso público 568 para assistente administrativo, funcionários do DMAE passam no concurso, o diretor do DMAE precisa desses assistentes administrativos lá, mas aí a Prefeitura quer tirar de lá. Já deu um prazo, inclusive, para fazerem os exames e se apresentarem nesses outros órgãos, entre eles, o DMLU, no dia 1º de julho. Tem uma certa incoerência nisso aí, eu não sou de oposição e não sou da base, eu sou um vereador independente. Já comprovei isso aqui, tem projetos do prefeito Marchezan que eu considero, que eu voto; outros, eu não voto. Como eu sou independente, eu não sou ouvido lá na Prefeitura, nem atendido lá na Prefeitura. Nem que tu mandes um Whats eles não respondem. Então, eu gostaria que alguém pudesse dar uma explicação plausível para isto: o DMAE, onde faltam funcionários, os funcionários do DMAE fazem esse concurso para assistente administrativo, para poderem subir profissionalmente, passam no concurso, o DMAE precisa, mas aí estão sendo realocados em outros órgãos da Prefeitura. Eu encerro por aqui, Sr. Presidente, vendo se consigo alguma alternativa e fazendo um apelo para que esses funcionários não sejam prejudicados profissionalmente, que não percam as suas vantagens, que fiquem lá, porque o Departamento está precisando de funcionários. Muito obrigado, Sr. Presidente, um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 009/20, como autora da Emenda nº 03.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada. A defesa da Emenda nº 02, que trata sobre treinamento para os profissionais do DMAE, foi algo que veio dos próprios trabalhadores do DMAE. Se já ocorre, se já está prescrito esse tipo de treinamento desses trabalhadores contratados, nada impede de a gente estar reiterando isso na aprovação da emenda, visto que é uma observação da própria categoria.

Sobre a Emenda nº 05, eu retirei, porque eu estou contemplada na Emenda do Roberto Robaina. E o projeto, ele é simples, mas, de fundo, é um conteúdo para a gente estar discutindo em relação a que tipo de relação de trabalho a gente defende para as nossas instituições públicas. De um lado, o trabalho contratado; de outro lado, o trabalho via concurso público, estatutário. A gente entende que a valorização dos servidores públicos é a valorização das nossas instituições, isso é um patrimônio dos gaúchos, ou seja, a entrada via concurso público qualifica, permite que o trabalhador tenha mais direitos, permite um trabalho de maior excelência na ponta. Há necessidade sim de muito mais vagas do que as 40 e poucas previstas no projeto a gente está votando. Por isso a necessidade de a gente ter brevemente o concurso público, para estar suprindo essas vagas, para estar gerando emprego, para estar qualificando o nosso serviço de água, porque a escassez de água não é uma questão específica da pandemia, é

um problema estrutural da nossa cidade, e isso perpassa sim concurso público e a valorização concreta da nossa rede de abastecimento. Era isso, obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal a Emenda nº 01 ao PLE nº 009/20. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da Emenda nº 01 ao PLE nº 009/20.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 05 votos **SIM** e 27 votos **NÃO**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro rejeitada a Emenda nº 01 ao PLE nº 009/20.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Votei contra, porque a desclassificação, neste momento, acho que não é cabível.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Liberei a bancada, porém eu votei contra, porque discrimina e é desnecessário.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Com todo o respeito ao Ver. Ricardo Gomes, este é um projeto que discrimina, e não somos nós, vereadores, que vamos impor idade e condições de saúde. Quem tem Covid não vai lá mesmo. Votei contra.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Eu votei “não”, porque, como é para substituir pessoas do grupo do risco, automaticamente não vão contratar acima de 60, e eu acho que é discriminatória também essa emenda.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Eu votei “não”, porque, como é para substituir pessoas do grupo do risco, automaticamente não vão contratar acima de 60, e eu acho que é discriminatória também essa emenda.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Peço licença ao meu colega de bancada, Ver. Ricardo Gomes, compreendo a emenda dele, mas eu acho que podem falar, sim, que é uma emenda discriminatória, e não foi o caso da proposta do Ver. Ricardo Gomes, por isso votei “não”.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Eu acompanhei o líder da bancada progressista, votei “não”. Meu argumento é por se tratar de discriminação entre as pessoas.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Votei “não”, por entender, inclusive, que não haveria nenhum sentido em ter uma contratação de pessoas do grupo de risco, mas, enfim, esse engessamento aqui, por lei, não cabe.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Votei “sim”, porque acho que não prejudica o projeto, pelo contrário.

VEREADOR RICARDO GOMES (DEM): Sem qualquer intenção discriminatória, não tenho nada contra essas pessoas, de forma alguma, só não vejo sentido em se afastar trabalhadores por uma situação e depois se contratar trabalhadores na mesma situação. A intenção era evitar que a Prefeitura contratasse e tivesse que afastar as pessoas que contratou. Não vejo problema nenhum, e acho que, inclusive, respaldava, porque se esse critério vai ser respeitado, vai ter que ser respeitado arbitrariamente, sem lei, e isso, sim, pode dar problema para administração. Mas não tem problema nenhum, entendo os motivos dos colegas. Eu votei “sim” porque entendo que não prejudica o projeto e preserva a prestação dos serviços e o erário.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Me chamou atenção que o Ver. Ricardo Gomes, sendo advogado e sendo da CCJ, tenha proposto uma emenda que não é constitucional, mas emenda não passa pela CCJ, não é? Toda forma, eu votei contrariamente porque foi uma emenda equivocada, se o Ricardo Gomes tivesse apresentado uma emenda boa, nós teríamos votado a favor.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD): Eu tenho certeza que o intuito da emenda não é discriminatório, porque se assim fosse, afastar as pessoas que têm mais de 60 anos do trabalho, nessas circunstâncias, seria também considerado uma discriminação, o que evidentemente não é, é apenas uma política de prevenção. Mas afastando dessa questão, eu peço desculpas também ao Ricardo, votei “não” porque eu acho que é desnecessário esse tipo de prevenção neste momento.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Como a explicação do Ver. Ricardo me convenceu, troquei de “não” para “sim”.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal a Emenda nº 02 ao PLE nº 009/20. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da Emenda nº 02.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 14 votos **SIM**, 19 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro rejeitada a Emenda nº 02 ao PLE nº 009/20.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Neste caso eu votei “não”, porque não é prerrogativa de vereador obrigar o Executivo a fazer concurso público, embora eu seja a favor do concurso público, mas quem tem que tomar a decisão é o Executivo...

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Votei “sim”, porque esta emenda vai apenas reforçar ao governo municipal a necessidade de se fazer concurso, que é sempre saudável.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Votei “sim”, porque entendo que principalmente nesses casos para lidar com água, principalmente os técnicos, precisam ser pessoas contratadas para ter empenho no trabalho.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Gente, o concurso público não corresponde à necessidade da lei que estamos votando, então votei “não”, e após o termo da contratação emergencial, se for preciso concurso, que se faça. Agora é “não”.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Pela inconstitucionalidade, eu votei “não”.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD): Vereadores, nas duas vezes em que eu fui secretário, e também como Presidente da Câmara, os vereadores sabem da importância que dou ao serviço público e ao servidor público – isso é uma coisa. Outra coisa com que eu não concordo, referente ao argumento do Ver. Robaina e de outros vereadores, é que o concurso público ou estabilidade é o fator determinante para ter bom serviço; se fosse assim, nenhuma empresa privada, por exemplo, daria bons serviços. Eu sou contra isso, acho que o servidor tem que ser valorizado, mas não por essa questão. Por isso votei contra a emenda.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal a Emenda nº 03 ao PLE nº 009/20. (Pausa.) (Procede à leitura da Emenda nº 03.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM** e 21 votos **NÃO**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro rejeitada a Emenda nº 03 ao PLE nº 009/20.

Em votação nominal o PLE nº 009/20. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 34 votos **SIM**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro aprovado o PLE nº 009/20.

VOTAÇÃO NOMINAL

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0204/20 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 010/20, que dispõe sobre o parcelamento de créditos não tributários no âmbito do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU); autoriza o DMLU a não ajuizar execuções e ações de cobrança em relação a créditos cujo montante seja igual ou inferior a 500 (quinhentas) Unidades Financeiras Municipais (UFMs) e a desistir das execuções com o mesmo valor; bem como autoriza o DMLU a reconhecer, de ofício, a prescrição dos créditos não tributários inscritos em Dívida Ativa; levar a protesto a Certidão da Dívida Ativa de créditos não tributários, desde que não estejam com a exigibilidade suspensa e a celebrar convênios com entes públicos e privados para a divulgação das informações referentes aos créditos inscritos em Dívida Ativa, e dá outras providências. (SEI 118.00095/2020-97)

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- votação nominal conforme o art. 2º, VIII, *d*, da Resolução nº 2.582/20;
- incluído na Ordem do Dia em 17-06-20, conforme a Resolução nº 2.582/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação o PLE nº 010/20. (Pausa.) (Procede à leitura do PLE nº 010/20.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 010/20.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Pujol, colegas, pretendo ser rápido. Eu tinha avisado ao Luiz Afonso que a nossa bancada fez uma Declaração de Voto à votação anterior e vai mandar pelo SEI, como manda o nosso Regimento. Sobre este projeto, nós vamos votar favoravelmente, apesar de uma série de questionamentos que temos e outros tantos que poderíamos fazer. Ele é bastante confuso e não é nada claro, mas como ele deixa de cobrar uma série de créditos do DMLU, o qual teria muito esforço para cobrar, em regra geral, de pequenos empreendedores, mas também, por outro lado, entram alguns barões aí que não fica muito claro nessa distinção da forma como esse projeto foi redigido. Ou seja, na verdade, o prefeito tem se esmerado com uma equipe extra, a Procuradoria-Geral do Município, aqui eu quero protestar que este prefeito, esta gestão tentou, de todas as formas possíveis imaginárias, detonar com aquilo que é algo fenomenal que existe no serviço público, que são umas cinco dezenas de grandes procuradores, operadores do direito altamente qualificados que poderiam dar um outro patamar de intervenção pública. Os elementos que os senhores e as senhoras

colocaram aqui – falta de transparência e todas essas questões – são por que absolutamente o prefeito tem o interesse de mascarar o que é um serviço público de qualidade, quando ele tem um discurso mesquinho, típico da sua cretinice pessoal, sempre tem feito isso de fazer um discurso pela efetividade, como se fosse grandemente transparente e fosse efetivo, como manda a Constituição Federal. Não, nada disso! O prefeito esconde muitas coisas sob frases propositadamente dúbias, portanto não segue os ritos que deva ser uma boa forma de legislar, de escrever leis. Dito isso, nós votaremos favoravelmente porque este é um momento crítico, as pessoas já têm muitos problemas e dor de cabeça e não serão alguns pequenos empreendedores que vão sofrer mais ainda. Eu sei que vão passar uns jabutis em árvore aí, como se diz normalmente, com este projeto, mas para o bem do povo de Porto Alegre, daquilo que vai ajudar algumas pessoas, nós vamos votar favoravelmente desta forma: na crítica. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal o PLE nº 010/20. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM**, 01 voto **NÃO** e 02 **ABSTENÇÕES**.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Em que pese eu tenha divergência com a certidão de dívida que pode mandar para protesto, um problema que vejo neste projeto – ele está confuso –, eu votei “sim”.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Me abstive porque achei o projeto muito mal escrito e sem contrapartidas definidas.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Luiz Afonso, autorizar o prefeito a protestar a pessoas que estão em débito com relação à conta de água – votei “não”.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Registrada a votação com ampla maioria dos votos, enseja que eu declare aprovado o PLE nº 010/20 que dispõe sobre o parcelamento de créditos não tributários no âmbito do Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DMLU.

Queremos deixar em sobre alerta os presidentes da CCJ, da CEFOR, da COSMAM, da CUTHAB, da CECE e da CEDECONDH, que poderão, ainda no dia de hoje, receber uma convocação para uma reunião a ser realizada, provavelmente amanhã à tarde, reunião virtual, na qual, junto com a Diretoria Legislativa, discutiremos o funcionamento das comissões doravante, dado que, com a votação desses dois projetos que acabam de ser aprovados pela Casa, esgotamos, no período pelo qual, Sistema de

Deliberação Remota, estamos concluindo esse período, passando agora a agir de acordo com o que estabelece a nova regra consolidada pela Casa na sua decisão da semana que passou, devidamente publicada no Diário Oficial do Município. Assim sendo, concluimos essa etapa do nosso trabalho, registramos uma reunião muito movimentada. Obrigado pela presença de todos.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h44min.)

* * * * *